



¹Natora Repórter – Transporte Público de João Pessoa¹

Maria José da SILVA²

Janaine S. Freires AIRES³

Jéssica Karoline do Nascimento BARROS⁴

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Relatório de produção do Documentário em vídeo produzido na disciplina Laboratório de Telecinejornalismo do período 2009.2, do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba, ministrada pelo professor Dr. Wilfredo J.J. Maldonado Diaz. O tema escolhido foi o Transporte Público da cidade de João Pessoa, Paraíba.

Palavras-Chave: Audiovisual; Transporte Público; Telejornalismo

Introdução

O Natora Repórter foi construído por Janaine Aires, Jéssica Nascimento, Maria Silva, Lucas Pontes, Mayra Medeiros e Mirela Sisavac, estudantes de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba para a disciplina de Laboratório de Telecinejornalismo, ministrada pelo Professor Wilfredo Maldonado e faz parte de um conjunto de exercícios – Natora Agora (stand-ups), Natora Verdade (reportagens clássicas), Natora Conversas (entrevistas ping-pong) – que são requisito para obtenção de nota.

Buscamos refletir sobre a dinâmica do transporte público da cidade de João Pessoa, através da linguagem audiovisual e de uma proposta jornalística baseada na busca pela descrição do processo e da conjuntura política que envolve a temática.

Entendemos que facilitar a mobilidade, promover a socialização dos espaços e equipamentos públicos são atribuições do Transporte Público Coletivo que é responsável por dinamizar a economia da cidade. Além disso, os coletivos ajudam a aliviar os congestionamentos e reduzir o uso indiscriminado de energia não renovável, contribuindo assim para a diminuição da emissão de gases poluentes.

O Brasil delega a responsabilidade sobre o fornecimento e a regulamentação do transporte coletivo urbano aos governos municipais. A cidade de João Pessoa concede a

1. Trabalho submetido ao XVII Prêmio Expocom 2010, na Categoria Jornalismo, modalidade Documentário em Vídeo

2. Aluno líder do grupo e estudante do 7º. Semestre do Curso Comunicação Social - Jornalismo, email: marypretty23@hotmail.com.br

3. Estudante do 7º. Semestre do Curso Comunicação Social – Jornalismo, email: janaineaires@gmail.com

4. Estudante do 7º. Semestre do Curso Comunicação Social – Jornalismo, email: jkarolnb@gmail.com



exploração do transporte público – de ônibus coletivos - a empresas privadas, que têm este direito concedido por 20 anos.

Na capital do estado da Paraíba, circulam 407 ônibus distribuídos entre 81 linhas que atendem através de circuitos comerciais os diversos bairros. É nesse quesito que destacamos a real necessidade de aprofundar as abordagens do tema, afinal fundamentadas no princípio de comercialização do serviço de transporte, as empresas podem negligenciar setores da cidade que não sejam comercialmente viáveis e dessa maneira excluí-las de suas rotas ou mesmo dedicar pouca atenção e qualidade de atendimento.

São seis as empresas que operam na capital: Transnacional; Reunidas; São Jorge; Marcos da Silva; Mandacaruense e Boa Viagem. Mas é preciso destacar que a Transnacional, a Reunidas e a São Jorge, que juntas operam mais de oitenta por cento das linhas de ônibus do município, são controladas pela mesma família. O que constitui um oligopólio dentro do sistema de transportes, prejudicando usuários que ficam a mercê dos interesses de empresários que não visam outra coisa senão o lucro.

As empresas atendem a um público de cerca de 300 mil pessoas, que circulam diariamente através de ônibus coletivos e outras 80 mil trafegam pela zona metropolitana da capital nas linhas de trem que cortam as cidades de Cabedelo, João Pessoa, Bayeux e Santa Rita.

Embora os empresários do setor destaquem que a tarifa cobrada é uma das mais baixas do nordeste, os pessoenses tiveram de aceitar quatro reajustes de 2004 até 2009, quando a tarifa passou de um real e quinze centavos para um real e oitenta centavos. Os aumentos são sugeridos pelo Conselho Tarifário como é conhecido, já que suas atividades aparentemente se resumem a discutir o aumento da tarifa, mas institucionalmente é denominado de Conselho de Trânsito e Transporte (CTT) - e autorizados pelo poder executivo no município.

Objetivo

Com o Documentário em Vídeo, almejamos expandir os horizontes acerca do papel do transporte público na sociedade. Conferimos destaque ao fato de que se trata de uma Concessão Pública e, dessa maneira, seus princípios de execução não podem estar fundamentados no lucro.

Buscamos abordar diversos aspectos da grande temática com o intuito de aprofundar as discussões e conhecimentos. Para isso, adotamos uma linguagem acessível aos diversos



públicos e elencamos perguntas a responder, que mesmo não sendo destacadas no vídeo, são o norte de construção da reportagem.

Além disso, trouxemos à tona discussões fundamentais para permitir reflexões mais profundas sobre esta realidade como as condições do trabalhador do transporte público, a acessibilidade de usuários portadores de necessidades especiais, o atendimento dedicado a moradores de bairros distantes como o Jardim Veneza, e também questões jurídicas para o esclarecimento sobre este tipo de concessão pública.

Justificativa

A discussão sobre o Transporte Público na Capital se torna cada dia mais necessária. Além de representar um setor importante para a movimentação da economia, o transporte público hoje é um dos principais espaços em que atrelação dos interesses do poder público aos interesses das empresas concessionárias afetam diretamente os direitos do cidadão.

A STTrans – superintendência que regula o trânsito e o serviço de transporte público - anunciou a renovação e a ampliação da frota como parte do compromisso do Governo Municipal para melhorar o sistema de transporte coletivo da Capital. Em 2005, 42 novos veículos foram colocados em circulação, o que corresponde a 10% da frota. Em 2006, a renovação foi de 44 ônibus. No entanto, esta renovação está intimamente ligada a atrelação dos interesses do poder público aos interesses das empresas concessionárias.

Todos os anos, a população da cidade de João Pessoa já está acostumada a receber um presente de natal para lá de indigesto: o aumento na tarifa de ônibus. Além disso, pouco se discute sobre as condições de trabalho dos motoristas, cobradores e despachantes das empresas de transporte, como também o esclarecimento sobre o processo de concessão do direito de exploração para as empresas é nulo.

A imprensa tem papel fundamental no processo de mascaramento impetrado com o objetivo de supervalorizar os avanços obtidos, esquecendo diversos outros fatores, quando se trata deste assunto. Não há interesse em discutir políticas alternativas para o sistema de transporte como as ciclovias, os transportes alternativos – devemos salientar sua criminalização pela mídia - o Passe Livre e muito menos discussões que envolvam temas como redução de tarifa. É preciso destacar que as Empresas de ônibus têm forte participação nas parcelas publicitárias de diversos sistemas de comunicação. Por isso, afirmamos que o tema é absolutamente importante, visto que é de interesse de toda a sociedade.



Métodos e Técnicas utilizados

Promovemos um intenso levantamento sobre a realidade do transporte coletivo e adicionamos ao processo reflexões geradas em disciplinas anteriores que também abordaram o tema e resultaram, por exemplo, no jornal laboratorial *Questão de Ordem - Dossiê Transporte Público*.

Cada um dos estudantes envolvidos escolheu um campo de abordagem e teve liberdade para construir seus pontos de vista sobre o tema. Ao todo, foram seis eixos de abordagem, incluindo a introdução cujo objetivo era situar o telespectador, explicitando a abordagem conferida à reportagem e delineando a linguagem audiovisual adotada. São eles: introdução; quem são os donos das empresas?; Usuários; Trabalhadores do Transporte Público; Vida no ônibus; e Direitos.

Passamos três semanas para realizar o trabalho. A primeira delas para planejar as ações e a segunda para executá-las. Na terceira, avaliamos o que ainda era necessário acrescentar e buscamos preencher algumas lacunas de imagens e informações e, ainda nesta semana, editamos o material.

Descrição do Produto ou Processo

Inicialmente, investimos em uma abordagem introdutória do assunto respondendo às seguintes perguntas: Qual a função do Transporte Coletivo? O que é uma concessão pública? Quais são os critérios de distribuição das concessões? E também destacamos o papel desenvolvido na movimentação da economia, na interligação urbana e na preservação do meio ambiente.

Em um segundo momento, elencamos como prioridade mergulhar no seguinte questionamento: Quem são os donos das empresas de ônibus? O que é e como é formado o conselho tarifário – Conselho de Transporte e Trânsito? Quem são e quem representam? Quais pertencem a partido e a qual partido? Porque aumentar a tarifa no Natal? Para que serve um Prêmio de Jornalismo, se a associação que a entrega é de transporte público? Mesmo que essas perguntas não pudessem ser respondidas, elas foram consideradas durante todo o processo de apuração e redação do nosso trabalho.

Depois de promovida esta reflexão, partimos para os usuários, os trabalhadores da área – destacando a questão da dupla função -, para aqueles que utilizam os ônibus como palco e templo e para os direitos dos usuários.



Considerações

A prática jornalística é subjetiva e sem dúvidas sua ética não é específica, é a mesma do cidadão. Por isso, adotamos a perspectiva do trabalhador e dos usuários de transporte coletivo e buscamos investir no embasamento das nossas informações. Entendemos que o documentário em vídeo e todo o trabalho jornalístico são narrativas e simplesmente isso. Por isso, trabalhamos nossas percepções, nossos olhares em todos os exercícios trabalhados no laboratório.

“O jornalista não pode ser despido de opinião política. A posição que considera o jornalista um ser separado da humanidade é uma bobagem. A própria objetividade é mal-administrada, porque se mistura com a necessidade de não se envolver, o que cria uma contradição na própria formulação política do trabalho jornalístico. Deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começa e onde acaba, saber onde ela interfere nas coisas ou não. É preciso ter consciência.” (ABRAMO, 1987)

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.